

UIM  
IARJORGE  
MARRÃOPAULO  
CARMONAPEDRO  
BRINCA

## Assinar não é governar

**H**á decisões que se tomam depressa e consequências que demoram anos a corrigir. A homologação dos estatutos da Faculdade de Gestão e Ciência de Dados, nova designação da NOVA IMS, agora NOVA MDS — Management and Data Science School —, é uma delas.

**PEDRO BRINCA**

Não questiono o direito de uma escola a crescer e a redefinir-se. Questiono o processo e a ausência de uma análise séria das suas consequências institucionais.

A Nova SBE é hoje um dos mais reconhecidos projetos do ensino superior público português. Levou décadas a construir um posicionamento internacional sólido como escola de gestão de referência. Não é um capricho de marca: é um ativo estratégico do país. Quando uma escola irmã, na mesma universidade, adota o nome “Management and Data Science School” e em português “Faculdade de Gestão e Ciência de Dados”, estamos perante uma colisão estrutural, com consequências reais no recrutamento internacional, nos “rankings”, nas parcerias empresariais e no financiamento externo.

*“Uma governação mais equilibrada [...] deve passar pela valorização e reforço dos órgãos colegiais, deliberativos e de aconselhamento [...], promovendo uma cultura institucional mais participada, plural e transparente.”*

**PAULO PEREIRA**

REITOR DA UNL, CANDIDATURA A REITOR DA  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA,

2025

O resultado: duas escolas da mesma universidade, com “Management” e “Gestão” no nome, a competir no mesmo segmento, sem mecanismo de articulação. Não é ecossistema. É sobreposição.

A questão impõe-se: esta decisão foi tomada com conhecimento das suas implicações, ou sem ele?

Se foi tomada sem esse conhecimento, estamos perante uma falha grave de governação. Num momento em que Portugal tenta afirmar-se no mapa da educação superior europeia, aprovar denominações com este grau de sobreposição sem consultar as partes afetadas e sem avaliação de impacto é uma incompetência que o sistema público não pode tolerar.

Se foi tomada com esse conhecimento, a conclusão é mais perturbadora: estaremos perante uma vontade deliberada de diluir um projeto que, pela sua dimensão, interpela o sistema e o desafia a fazer melhor.

Em qualquer dos casos, a responsabilidade é institucional e coletiva. Decisões com este impacto exigem estudo, consulta e transparência. Tudo o que não aconteceu, apesar das promessas em sede de candidatura como a transcrita em epígrafe. A universidade tem de responder publicamente: que análise foi feita? Quem foi ouvido? Em nome de que estratégia?

Portugal precisa de grandes escolas. Mas precisamos que cresçam com inteligência e estratégia, e não umas à custa das outras. Quando o responsável máximo de uma universidade não garante isso, não está a governar. Está a assinar papéis. ■